

Práticas conservadoras e educação brasileira: reflexões sobre a ditadura militar (1964-1985) e o século XXI

Resumo: o presente artigo tem o objetivo de analisar as relações entre conservadorismo e educação brasileira em diferentes contextos históricos, especialmente entre a Ditadura Militar (1964-1985) e o cenário pós-eleições de 2018. Para a realização de tal análise, recorremos ao conceito de prática. Foram mobilizados estudos sobre o cenário atual, os quais apontam a relação entre neoliberalismo e neoconservadorismo, bem como fontes históricas referentes ao período de ditadura, sendo elas o texto da Reforma do Ensino de 1971 e um volume da Enciclopédia Didática de Pesquisa. De forma geral, o texto encontra-se dividido em 4 partes. Na primeira parte, apresentamos as influências que o conservadorismo e o neoliberalismo têm exercido na Educação brasileira, bem como apresentamos o conceito de prática como ferramenta teórico-metodológica. Na sequência, apresentamos algumas características do período anterior ao Golpe Militar de 1964, identificando a emergência da significativa polarização entre as esquerdas e as direitas. No terceiro tópico, apresentamos as práticas de cunho conservador adotadas pelo Estado em relação à educação, durante o período de ditadura. Para finalizar, analisamos o exemplar de Educação Moral e Cívica, integrante de um conjunto de livros referentes às disciplinas escolares, publicados pela Editora Didática Paulista LTDA, de São Paulo. Os resultados, ainda iniciais, apontam para a existência de práticas atuais que, de alguma forma, possuem emergência em períodos históricos autoritários, apesar de suas diferenças.

Palavras-chave: educação; conservadorismo; práticas.

Deise Andréia Enzweiler
Universidade do Vale do Rio Sinos
deiseandrea@gmail.com
Eduardo Cristiano Hass da Silva
Universidade Federal do Rio
Grande do Norte
eduardohass.he@gmail.com

Conservative practices and Brazilian education: reflections on the military dictatorship (1964-1985) and the XXI century

Abstract: the article aims to analyze the relation between conservatism and Brazilian education in different contexts, especially between the Military Dictatorship (1964-1985) and the post-election scenario of 2018. To develop the analysis, we choose the concept of practice. Current studies were explored and indicate a connection between neoliberalism and neoconservatism. We also used historical sources from the dictatorship period: Reforma do Ensino de 1971 and the Enciclopédia Didática de Pesquisa. The article is divided into 4 parts. In the first part, we present the influences that conservatism and neoliberalism have had on Brazilian education. We also introduced the concept of practice as a theoretical-methodological tool. In the second part, we present some characteristics of the period before 1964, identifying the emergence of a significant political polarization. In the third part, we present the conservative practices adopted by the State in relation to education during the dictatorship period. Finally, we analyzed the example of Educação Moral e Cívica, part of books dedicated to school subjects, published by Editora Didática Paulista LTDA, from São Paulo. The initial results indicate that the current practices, in some way, have emerged in an authoritarian historical period, despite their differences.

Keywords: education; conservatism; practice.

Prácticas conservadoras y educación brasileña: reflexiones sobre la dictadura militar (1964-1985) y el siglo XXI

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la relación entre el conservadurismo y la educación brasileña en diferentes contextos históricos, especialmente entre la Dictadura Militar (1964-1985) y el escenario postelectoral de 2018. Para realizar este análisis recurrimos al concepto de práctica. Se movilizaron estudios sobre el escenario actual, que señalan la relación entre neoliberalismo y neoconservadurismo, así como fuentes históricas referentes al período dictatorial, que son el texto de la Reforma Docente de 1971 y un volumen de la Enciclopedia de Investigación Didáctica. En general, el texto se divide en 4 partes. En la primera, presentamos las influencias que el conservadurismo y el neoliberalismo han tenido en la educación brasileña, además de presentar el concepto de práctica como herramienta teórico-metodológica. En la secuencia, presentamos algunas características del período anterior al Golpe Militar de 1964, identificando el surgimiento de una polarización significativa entre la izquierda y la derecha. En el tercer tema, presentamos las prácticas conservadoras adoptadas por el Estado en materia de educación, durante el período dictatorial. Finalmente, analizamos el ejemplo de Educación Moral y Cívica, parte de un conjunto de libros referidos a materias escolares, editado por la Editora Didática Paulista LTDA, de São Paulo. Los resultados, aún iniciales, apuntan a la existencia de prácticas actuales que, de alguna manera, han surgido en períodos históricos autoritarios, a pesar de sus diferencias.

Palabras clave: educación; conservatismo; prácticas.

Introdução

O presente artigo tem como problemática de fundo a recente onda neoconservadora que manifesta em diferentes países do mundo e também Brasil, especialmente, após as últimas eleições presidenciais no ano de 2018. Como foco central, objetiva-se analisar as relações entre conservadorismo e educação em diferentes contextos históricos brasileiros entre século XX e XXI. Essa possibilidade analítica, dentre outros estudos, pautou-se pelas análises de Brown (2019) em relação à atual conjuntura na qual se entrecruzam aspectos do conservadorismo e do neoliberalismo, ora contrapondo-se, ora aliando-se de múltiplas e inesperadas formas frente a efeitos nem sempre previstos ou até inéditos.

De acordo com Brown (2019), a atual formação acima apontada pode ser compreendida como relativamente inédita, “[...] divergindo dos autoritarismos, fascismos, despotismos ou tiranias de outras épocas e lugares e diferindo também dos conservadorismos convencionais ou conhecidos”. (BROWN, 2019, p. 20) As suas análises focam em como “[...] as formulações neoliberais de

liberdade inspiram e legitimam a extrema direita e como a direita mobiliza um discurso de liberdade para justificar suas violações e exclusões [...]”. (BROWN, 2019, p. 20) Tomando este panorama para desenvolver nossas análises, propomos pensar a conjugação entre neoliberalismo e conservadorismo para compreender o cenário atual, pensando-o a partir de outro momento conservador no Brasil: a Ditadura Militar. Na mesma perspectiva, interessa-nos evidenciar distanciamentos e aproximações entre ambos, bem como mostrar especificidades do conservadorismo brasileiro, diretamente conectados a elementos históricos próprios como o colonialismo e a escravidão.

Para tal organização, utilizamos a noção de prática (MARÍN-DÍAZ; PARRA-LEÓN, 2019) como ferramenta teórico-metodológica a partir do campo dos Estudos Foucaultianos em Educação. Ao propor seu uso, pensamos em uma análise histórica que permita identificar elementos fortemente enraizados na história brasileira e que ainda evidenciam influências em características próprias de nossas práticas conservadoras atuais. Assim, trata-se de uma ferramenta que nos permite, a um só tempo, identificar esses fios históricos do passado nas práticas atuais, bem como mostrar os novos fins aos quais estão atreladas a partir do cenário que Dardot e Laval (2016) denominam como a nova razão do mundo: a sociedade neoliberal.

Ditas essas primeiras palavras, indicamos que o artigo se encontra organizado em quatro partes. Na primeira parte, apresentamos as influências que o conservadorismo e o neoliberalismo têm exercido na Educação brasileira, sendo possível identificar um movimento neoconservador. Para identificar e analisar esse fenômeno, tomamos o conceito de prática como ferramenta teórico-metodológica. (MARÍN-DÍAZ; PARRA-LEÓN, 2019)

Na sequência, apresentamos algumas características do período anterior ao Golpe Militar de 1964, identificando a emergência da significativa polarização entre as esquerdas e a direitas. Essa polarização é tomada como um dos elementos que desencadearam o Golpe. Em relação ao período de Ditadura (1964-1985), identificamos um conjunto de medidas conservadoras e antidemocráticas que, em certa medida, fazem eco na atual sociedade brasileira.

Já na terceira parte, apresentamos as práticas de cunho conservador adotadas pelo Estado em relação à educação, especialmente a partir do Decreto-lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Identificamos o caráter ambíguo que o Estado ditatorial estabelece com a educação, oscilando entre ataque e censura e investimentos e desenvolvimentos. Destacamos um conjunto de práticas conservadoras, como a implementação e aperfeiçoamento de disciplinas escolares – Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil – e a extinção das disciplinas de Sociologia e Filosofia.

A análise das práticas conservadoras é aprofundada na última parte, no qual analisamos o exemplar de Educação Moral e Cívica, integrante de um conjunto de livros referentes às disciplinas escolares, publicados pela Editora Didática Paulista LTDA., de São Paulo. De forma geral, os conteúdos estão relacionados à administração política do país e à promoção do civismo. As considerações finais, embora iniciais, apontam para a existência de práticas conservadoras atuais, cuja emergência pode ser identificada em momentos históricos autoritários.

Conservadorismo na educação brasileira: uma analítica à luz do conceito de prática

Atualmente, diferentes autores do campo das Ciências Humanas têm apontado nuances acerca do fenômeno do conservadorismo e suas múltiplas (e novas) roupagens. De acordo com as análises de Berencie Corsetti (2019), o conservadorismo não se trata de um fenômeno único e/ou homogêneo. Nas suas formas recentes, o neoconservadorismo “[...] merece ser abordado em sua relação com o neoliberalismo”. (CORSETTI, 2019, p. 774) Nessa perspectiva, pode-se afirmar que as novas manifestações conservadoras em diferentes países do mundo mantêm aproximações com contextos históricos anteriores; e, ao mesmo tempo, identificam-se tendências específicas no contexto atual.

Ao analisar elementos do pensamento conservador e do recente fenômeno do conservadorismo na América Latina e, especialmente no Brasil, Corsetti (2019, p. 782) indica que

[...] desde seu surgimento, o conservadorismo é um pensamento que se opôs às utopias liberais e socialistas, mas que de maneira nenhuma objetivava caminhar para trás, antes, defendia sim o progresso e o respeito a certas instituições tidas como culturalmente tradicionais.

Nessa perspectiva, salienta que o atual “projeto neoconservador brasileiro é claramente antagônico a essa visão, ao estabelecer a sua utopia num passado falseado, o Brasil de 40 anos atrás”. (CORSETTI, 2019, p. 783)

Ao pensar os efeitos do neoconservadorismo brasileiro especificamente no campo educacional, torna-se central pensar o recente ataque às áreas das Ciências Humanas, às universidades e escolas brasileiras. Como um dos exemplos possíveis neste contexto, destaca-se o programa Escola sem Partido,¹ no qual identifica-se a centralidade da liberdade como uma das justificativas para novas leis acerca da atividade docente brasileira.² Na mesma perspectiva, aspectos de ordem moral e cultural estiveram amplamente presentes nas pautas da última eleição presidencial, no ano de 2018. Segundo Dalbosco (2019, p. 1), pode-se caracterizar a mais recente onda neoconservadora³ a partir de um conjunto próprio e amplo de características, especialmente em relação aos aspectos educacionais:

O neoconservadorismo caracteriza-se, entre outros aspectos, pelo ataque às instituições, às formas cooperativas de vida social e pelo desrespeito às liberdades individuais. Como visão de mundo, representa uma maneira dogmática e fechada de pensar; como postura política, sustenta-se na hierarquia autoritária e disciplinadora; como projeto social fomenta a desigualdade, aumentando a pobreza e a injustiça social e; por fim, como projeto educacional, contrapõe-se à ideia de que a educação organizada pelo Estado é decisiva para as formas plurais e democráticas de vida. Em um contexto sombrio como este, torna-se urgente intensificar a reflexão sobre o sentido e a finalidade da educação pública.

Em relação à eleição presidencial brasileira de 2018, o conservadorismo marcou de forma significativa as discussões educativas. Em recente artigo, intitulado “Avanço conservador na educação brasileira: uma proposta de governo pautada em polêmicas (2018)”, Silva e Reis (2020) tomam os conceitos foucaultianos de intelectual, verdade e polêmica para analisar os temas relativos à educação presentes no Plano de Governo do então candidato e atual presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro.

Para além das declarações antidemocráticas do candidato militar e autoritário (SILVA; REIS, 2020), os autores demonstram que, no plano de governo, a educação foi tratada de forma

1 O programa Escola sem Partido trata-se de uma proposta de lei prevista para os âmbitos federal, estadual e municipal que objetiva contrapor-se ao abuso da liberdade de ensinar e para fixar deveres dos professores em sala de aula. Mais informações: <https://www.escolasempartido.org/>. Acesso em: 14 abr. 2020.

2 Um dos eixos do ataque de grupos específicos do atual governo à educação direciona-se à denominada “doutrinação de esquerda”, na qual a prática de ensino dos professores é corriqueiramente caracterizada como ideológica. Alguns destes argumentos amplamente utilizados podem ser identificados em inúmeras matérias jornalísticas como a do jornal *El País* (Brasil) em 23 mar. 2019: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/politica/1558374880_757085.html. Acesso em: 11 mai. 2020.

3 Para Corsetti (2019), ao indicar episódios recentes em diferentes contextos e países, caracteriza tais acontecimentos como um “[...] recrudescimento do conservadorismo, tanto em termos nacionais quanto internacionais”. (CORSETTI, 2019, p. 1) Como exemplos, cita a aprovação do Brexit na Inglaterra, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos, bem como as eleições na França, na Alemanha, na Áustria e, ainda mais recentemente, na Tchecoslováquia, confirmam essa tendência. Também no Brasil e em diversos países da América Latina verificamos esse fenômeno, tanto no que tange à formulação de políticas, como no plano das relações sociais e culturais. Entre nós, diversos projetos e/ou iniciativas revelam que vivemos momentos expressivos dessa recente onda conservadora. (CORSETTI, 2019)

polêmica, assumindo supostas verdades como absolutas – suposta existência de doutrinação e sexualização precoce nas escolas –, identificando o outro (qualquer opositor) como inimigo, como réu a ser banido. De forma geral, em nenhum momento o plano de governo se propõe a pensar a educação, discuti-la ou problematiza-la. O plano de governo não apresenta propostas de avançar nas questões educativas, pautando-se apenas em generalizações conservadoras.

Apesar de reconhecer a amplitude do fenômeno em pauta – o conservadorismo – apontamos que nossa análise considera elementos globais de suas novas manifestações, uma vez que tais efeitos reverberam também no contexto latino-americano e brasileiro. Por outro lado, interessa-nos aqui analisar especificidades do contexto brasileiro, considerando aspectos históricos que mesclam elementos do presente, especialmente no contexto de virada do século XX para o XXI, com destaque para ascensão do neoliberalismo e seus respingos da educação e; práticas históricas enraizadas no Brasil, como apontam os estudos de Schwarcz (2019). De acordo com a autora,

[...] desde o período colonial, passando pelo Império e chegando à República, temos praticado uma cidadania incompleta e falha, marcada por políticas de mandonismo, muito patrimonialismo, várias formas de racismo, sexismo, discriminação e violência. (SCHWARCZ, 2019, p. 24)

Considerando o objetivo apresentado, utilizamos a noção de prática⁴ como uma ferramenta teórico-metodológica. Apesar de elegê-la, não propomos uma análise com vistas a seu esgotamento, tampouco anunciamos uma história de práticas específicas. Utilizamos-nos de alguns pressupostos do respectivo conceito como uma inspiração para a construção metodológica desta reflexão. Em especial, trata-se de analisar documentos provenientes de um período histórico específico no qual se acentuam práticas marcadas por um tipo de conservadorismo. Os referidos documentos consistem na Reforma do Ensino de 1971 (BRASIL, 1971) e em uma coleção intitulada Enciclopédia Didática de Pesquisas, especificamente o exemplar referente à Disciplina de Educação Moral e Cívica. Considerando que a coleção foi produzida nos anos 1980, os conteúdos da disciplina analisada são marcados por elementos do conservadorismo da Ditadura Militar (1964-1985) brasileira. A inspiração metodológica na operação com a noção de prática

4 Segundo Castro (2016), ao delimitar os domínios de análise na obra de Foucault, pode-se delimitar que "episteme e dispositivo são, em termos gerais, práticas. As epistemes, práticas discursivas. Os dispositivos, por sua vez, integram as práticas discursivas e as práticas não discursivas. O dispositivo como objeto de análise aparece, precisamente, ante a necessidade de incluir as práticas não discursivas (as relações de poder) entre as condições de possibilidade da formação dos saberes". (CASTRO, 2016, p. 336-337)

possibilita a conexão entre esses distintos momentos, indicando aproximações e distanciamentos entre seus fins.

Tomando como base a perspectiva dos Estudos Foucaultianos em Educação, Marín-Díaz e Parra-León (2019, p. 49) pontuam que a questão ontológica que subsidia uma analítica da história das práticas relaciona-se às “[...] técnicas e dos *télos* que se produzem e se articulam a estas”. Em outras palavras, trata-se uma “[...] análise que indaga acerca das procedências e das condições de emergência das operações (em todo caso, ações), que realizamos sobre nós mesmos e sobre os outros”. (MARÍN-DÍAZ; PARRA-LEÓN, 2019, p. 49) Ao pautar-se desde uma perspectiva arqueogenealógica,⁵ define-se um tipo de jogo de forças nas quais as análises podem se direcionar para elementos variados, remetendo a fios técnicos ligados a aspectos de larga duração histórica, bem como à possibilidade de analisar novas roupagens a partir de fins atualizados no contexto histórico presente. Para os autores,

No jogo entre a história de larga duração das técnicas e uma história das tecnologias, cuja duração é mais limitada, a noção de prática se desenha então como uma complexa articulação entre técnicas e fins, cuja descrição supõe uma mirada profunda a dita articulação, que não é um efeito de causalidade ou de vontades particulares, mas é imanente e agonística. (MARÍN-DÍAZ; PARRA-LEÓN, 2019, p. 48-49, tradução nossa)⁶

Ao definir a prática como inspiração teórico-metodológica, evidenciamos a ciência da impossibilidade de darmos conta da infinidade de caminhos que poderíamos desdobrar ou escolher para tal empreendimento analítico. Dito isso, também salientamos que pesquisas precedentes já nos possibilitaram sinalizar aspectos relacionados à temática mobilizada: o conservadorismo. Assim, a noção de prática mostra-se potente para pensar técnicas e fins cujos elementos podem indicar aproximações e distanciamentos em relação à manifestação do conservadorismo em distintos períodos históricos. Na mesma perspectiva, pesquisas relacionadas à história do Brasil, anterior aos períodos do século XX e XXI, permitem indicar práticas atuais ligadas a narrativas históricas atreladas a períodos históricos precedentes no Brasil, conforme definições de Schwarcz (2019).

Retomando a definição conceitual da ferramenta de prática, Marín-Díaz e Parra-León (2019, p. 50, grifos dos autores), definem que “o *télos* ou *tele* refere-se aos fins, aos objetivos ou ao estado

5 De acordo com Veiga-Neto (2011), é possível falar em três domínios da obra foucaultiana. Na perspectiva do primeiro domínio, *arqueológico*, destaca-se “[...] o que interessa para a história arqueológica é buscar as homogeneidades básicas que estão no fundo de determinada episteme. Essas homogeneidades são regularidades muito específicas, muito particulares, que formam uma rede única de necessidades *na, pela e sobre* a qual se engendram percepções e os conhecimentos: os saberes, enfim”. (VEIGA-NETO, 2011, p. 48, grifos do autor) Já na linha do segundo domínio, *genealógico*, trata-se de compreender necessariamente um único a priori, que é histórico. Para Veiga-Neto (2011, p. 59), “[...] pode-se entender a genealogia como um conjunto de procedimentos úteis não só para conhecer o passado, como também, e muitas vezes principalmente, para nos rebelarmos contra o presente”.

6 Do original: “En esse juego entre una historia de larga duración de las técnicas y una historia de las tecnologías cuya duración es más limitada, la noción de práctica se dibuja entonces en la completa articulación entre técnicas y fines, cuya descripción supone una mirada profunda a dicha articulación, que no es efecto de la causalidad o de voluntades particulares, pero que sí es immanentemente y agonística”.

no qual se move uma realidade”. Por outro lado, “a técnica ou *techné* se entende como produto de experiências individuais que, como efeito de ser posto à prova durante um largo período de tempo, se torna um conhecimento generalizável e ensinável”. Desta forma, “as práticas emergem em um momento histórico como efeito do cruzamento entre *télos* e técnicas”. Entretanto, “uma técnica pode transferir-se de um campo a outro ou entre diferentes momentos históricos sem que sofra maiores transformações”, pois o “vínculo entre técnicas e *télos* não é absoluto nem idêntico”. (MARÍN-DÍAZ; PARRA-LEÓN, 2019, p. 50-51, tradução nossa)⁷ Nesta perspectiva,

Quando as técnicas se vinculam com diferentes formas de pensamento e racionalidade, se atualizam a si mesmas e, por sua vez, atualizam os dispositivos aos quais de incorporam, o que leva à produção de novas práticas. Isto é importante, porque as técnicas de condução de indivíduos e coletividades podem parecer-se bastante entre si, mas em sua articulação com alguns fins, produzem diferentes práticas de governo. (MARÍN-DÍAZ; PARRA-LEÓN, 2019, p. 51, tradução nossa)⁸

Assim, inspirando-se nos aspectos do conceito de prática como uma ferramenta teórico-metodológica, pode-se localizar elementos históricos no contexto brasileiro dos anos de Ditadura Militar (1964-1985) que têm relações com a ascensão conservadora nesta primeira metade do século XXI. De acordo com Schwarcz (2019), destaca-se que o patrimonialismo, o mandonismo, a violência, as desigualdades e a intolerância social se tratam de elementos que têm grande ressonância na atualidade, uma vez que, em suas palavras, tratam-se de práticas que estiveram “[...] teimosamente presentes em nossa história pregressa [...]”. (SCHWARCZ, 2019, p. 26) Dito isto, reconhecemos, apoiadas nos estudos da referida autora, que na materialidade analisada, tais práticas reverberam com nítida força, apesar das distinções possíveis entre o período da Ditadura Militar (1964-1985) e, em especial, a segunda década do século XXI, no qual identificam-se novas formas conservadoras articuladas ao contexto do neoliberalismo.

7 Do original: “El *télos* o tele refiere a los fines, los objetivos o el estado hacia el cual se mueve una realidad, mientras que la técnica o *techné* se entiende como producto de experiencias individuales que, por efecto de su puesta a prueba durante largo tiempo, se torna em um conocimiento generalizable y enseñable”. [...] “Las practicas emergen em um momento histórico como efecto del cruce entre *télos* y técnicas”. [...] “Una técnica pueda transferirse de um campo a outro, o entre diferentes momentos históricos sin que sufra mayores transformaciones”. [...] “el vínculo entre técnicas y *télos* no es absoluto ni idêntico”.

8 Do original: “Cuando las técnicas se vinculan com diferentes formas de pensamento y racionalidad, se actualizan a sí mismas y, a su vez, actualizan los dispositivos a los cuales se incorporan, lo que lleva a que se produzcan nuevas prácticas. Esto es importante, pues las técnicas de conducción de individuos y colectividades puede parecerse bastante entre sí, pero em su articulación com unos fines, producen diferentes prácticas de gobierno”.

Contexto histórico: a ditadura militar e o conservadorismo brasileiro

Conforme destaca Daniel Aarão Reis (2000), o golpe militar dado em 1964 no Brasil não ocorreu ao acaso, mas como resultado de uma conjunção complexa de ações e processos de caráter macro. Uma das chaves de leitura apresentadas pelo autor leva em conta a América Latina e, de forma geral, o então chamado “Terceiro Mundo”. Dessa forma, o golpe pode ser entendido dentro do processo de internacionalização do capital e da expansão territorial europeia, os quais levaram à criação de laços de dependência que dificultavam e/ou impediam a conquista de uma real autonomia política e econômica nas regiões da África, Ásia e América Latina.

Após a Segunda Guerra Mundial, ocorrem várias independências: Filipinas (1946), Índia e Paquistão (1947), Birmânia e Ceilão (1948), Indonésio (1949) etc., bem como diferentes movimentos na África e na Ásia. Devido à influência norte-americana, os rumos tomados na América Latina foram diferentes. No contexto da Guerra Fria, instaurou-se uma lógica de bipolaridade, dividindo o mundo entre um bloco capitalista e um bloco socialista.

No Brasil, os anos 1950 são marcados pelo governo Juscelino Kubitschek e sua proposta de “50 anos em 5”. De acordo com Lília Moritz Schwarz e Heloisa Murguel Starling (2015), a composição Juscelino e Jango não apenas personificava a continuidade do legado de Getúlio Vargas como também foi decisiva na intermediação das relações entre o Estado e o movimento sindical. Além da incorporação dos trabalhadores pelo movimento sindical, Reis (2000) destaca como elementos da continuidade do Estado varguista o intervencionismo estatal e os fortes investimentos em infraestrutura.

As eleições presidenciais de 1961 deram a vitória a Jânio Quadros, candidato com um discurso ambíguo e antipolítico, apresentando-se como personalidade acima dos partidos. (SCHWARCZ; STARLING, 2015) Jânio apresentava-se como um líder carismático por excelência, articulando oligarquias liberais, classes médias e contingentes de trabalhadores (REIS, 2000). Em 1961, Jânio renunciou, levando o país à beira de uma guerra civil,⁹ cuja resistência foi organizada no Rio Grande do Sul, por Leonel de Mora Brizola.

A Campanha da Legalidade¹⁰ organizada por Brizola garantiu a posse do vice-presidente de Jânio Quadros, João Goulart, o qual

9 O que Jânio gostaria com a renúncia nunca foi totalmente explicado. No entanto, há acordo entre os historiadores que seu gesto tinha a intenção de causar uma comoção nacional que o traria de volta à presidência, nos “braços do povo”. No entanto, o povo não se mobilizou, os governadores não se manifestaram e a sua renúncia foi aceita pelo Congresso. (SCHWARCZ; STARLING, 2015)

10 Pela lei, o cargo de presidente deveria passar para o vice-presidente, João Goulart. No entanto, os ministros militares não aceitavam o retorno e posse de Jango, que estava em uma viagem na China, em uma tentativa de golpe. O governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, organizou um movimento de resistência, a chamada Campanha da Legalidade. Brizola colocou em ação a Brigada Militar gaúcha e determinou a transferência dos estúdios da Rádio Guaíba para o subsolo do Palácio Piratini. Com a rádio, o governador sublevoou o estado e convocou o país a agir em defesa da Constituição.

assumiu o cargo de presidente em 7 de setembro de 1961, tendo seus poderes reduzidos através da implementação do parlamentarismo híbrido. Em 1963 um plebiscito colocou fim ao parlamentarismo.

Ao analisar o contexto do início dos anos 1960, é possível identificar um processo de polarização política entre as esquerdas e as direitas. Em relação ao campo das esquerdas, Schwarz e Starling (2015) destacam que ele era largo, ativo e plural, comportando comunistas, socialistas, nacionalistas, católicos e trabalhistas, bem como partidos, associações de sargentos, marinheiros, fuzileiros navais ou de estudantes. Além disso, também compunham este campo os sindicatos e federações de operários ou camponeses, organizações e grupos revolucionários.

De acordo com as autoras, as particularidades dos grupos que compunham as esquerdas dificultavam de forma significativa a possibilidade de uma possível articulação. No entanto, no final de 1961 as esquerdas formaram uma coalizão voltada para a aprovação e execução do projeto das reformas de base.¹¹ Segundo Reis (2000), a articulação das esquerdas teve como consequência a articulação das direitas e, dessa forma, nos anos 1963, a polarização da sociedade chegou a um ponto crítico. De um lado, estava o contingente de trabalhadores urbanos e rurais, os setores estudantis e graduados das forças armadas, cujos radicais exigem reformas na lei ou na marra. De outro, identifica-se as elites tradicionais, as classes médias, alguns setores populares, oficiais das forças armadas e profissionais diversos.

Essa polarização, associada ao contexto da Guerra Fria e da Revolução Cubana aguçaram os imaginários. Parte da esquerda acreditava ter chegado o momento de entrarem em cena e, parte da direita, acreditava que a ideia de civilização *ocidental* e *cristã* estava ameaçada no Brasil pelo espectro do comunismo, assombrando as consciências. João Goulart realizou um comício no dia 13 de março de 1964, reunindo mais de 350 mil pessoas. Como reação, foi organizada a Marcha da Família com Deus Pela Liberdade, em São Paulo, no dia 19 de março, reunindo cerca de 500 mil pessoas. (REIS, 2000) Foi dentro desse contexto que, partindo de Minas Gerais, foi dado o Golpe Civil-Militar, na passagem de 31 de março para 1º de abril de 1964:

As direitas saudaram nas ruas a vitória imprevista. Uma grandiosa Marcha da Família com Deus e pela Liberdade, com centenas de milhares de pessoas, no Rio de Janeiro, comemorou

11 De acordo com Reis (2000), o Programa das Reformas de Base era composto por: Reforma Agrária; Reforma Urbana; Reforma Bancária; Reforma Tributária; Reforma Eleitoral; Reforma do Estatuto do Capital Estrangeiro e; Reforma Universitária.

o golpe militar e festejou a derrocada de Jango, das forças favoráveis às Reformas e do projeto nacional-estadista que encarnavam. (REIS, 2000, p. 33)

12 Promulgou o Ato Institucional número 2 (AI 2), que reinstaura o estado de exceção, extingue os partidos políticos e impõe eleições indiretas para governadores e presidentes da República.

Sem saber exatamente o que iria acontecer, o país ingressava no longo período de ditadura. O golpe havia sido dado diante de denominadores muito genéricos, como salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo. A posse do presidente da Câmara, Ranieri Mazzili, foi um mero rito e, rapidamente, o poder centra-se no chamado Comando Supremo da Revolução, composto por uma junta militar das três armas.

Entre 1964 e 1985, sucederam-se na presidência os militares Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967),¹² Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Geisel (1974-1979) e João Figueiredo (1979-1985). Esses militares editaram diversos atos institucionais, instaurando o estado de exceção no país, cassando mandatos eletivos, suspendendo direitos políticos, prendendo, censurando publicações, matando e torturando seus adversários. A repressão e a censura colocaram em xeque os valores democráticos, causando o descontentamento inclusive de apoiadores do golpe, como Carlos Lacerda.

No âmbito econômico, observa-se uma política de alinhamento com os Estados Unidos da América (EUA), marcada pela abertura para o capital internacional e o alinhamento com as propostas do Fundo Monetário Internacional (FMI), resultando em corte dos gastos públicos, concentração de crédito e o arrocho salarial. Ainda dentre as preocupações dos governos militares, destaca-se a atenção dedicada à Educação e suas diferentes esferas, sendo esta a problemática abordada na próxima parte.

Educação e conservadorismo na ditadura militar: a reforma do ensino de 1971

De acordo com Maria do Carmo Martins (2014), a ditadura militar brasileira preocupou-se de forma significativa com o disciplinamento da sociedade, no qual as políticas sociais foram instrumentos centrais. Dentro dessas políticas, as questões culturais e educativas estiveram em evidência e, como veremos, em uma perspectiva conservadora.

A relação que a ditadura estabeleceu com a cultura, em geral e, com a educação, em específico, é ambígua, oscilando entre ataque e censura e investimentos e desenvolvimentos. No âmbito educativo, destacam-se a criação de supostos planos como o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) e o estímulo a cursos de pós-graduação, visando o desenvolvimento científico-tecnológico. Em contrapartida, é um momento de forte perseguição aos estudantes, inclusive com o fechamento da União Estadual dos Estudantes (UNE), em 1968.

No entanto, de todas as iniciativas do período ditatorial voltadas para a educação, uma das mais significativas foi a promulgação da Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971,¹³ que fixou as Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus. Segundo Martins (2014), as políticas pós-1964 foram marcadas pelo binômio “desenvolvimento e segurança”, sendo que a Reforma de 1971 não fugiu desse padrão. Dessa forma, os militares atentavam para a reconstrução da ordem social, entendida como pré-requisito para o crescimento da economia. Algumas nuances destas proposições podem ser identificadas no primeiro artigo, que estabelece:

Art. 1º O ensino de 1º e 2º graus tem por objetivo geral proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto-realização, qualificação, para o trabalho e preparo para o exercício consciente da cidadania. (BRASIL, 1971)

Conforme podemos observar, o ensino visava à formação necessária para o desenvolvimento das potencialidades do aluno, preparando-o para o trabalho e para o exercício da cidadania. Identifica-se aqui a reconstrução social a partir do “exercício da cidadania” e o crescimento da economia a partir da qualificação para o trabalho.

De forma geral, a reforma causou uma série de modificações na educação brasileira, das quais Martins (2014) destaca alguns dos principais pontos: reestruturação do sistema escolar (o ensino de primeiro grau passa a ter oito anos e, o de segundo grau, passa a ter três, com formação profissionalizante), implementação e aperfeiçoamento de disciplinas escolares (Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil), recomendação do ensino de uma língua estrangeira (preferencialmente o Inglês) e extinção das disciplinas de Sociologia e Filosofia. De forma geral, essas alterações podem ser identificadas como um conjunto de

13 O decreto é composto por 88 artigos, distribuídos ao longo de oito capítulos, sendo assinado pelo então presidente da República ditatorial Emílio Médici e por Jarbas G. Passarinho e Júlio Barata.

práticas conservadoras, às quais colocam em evidência o ataque à democracia e à liberdade de pensamento.

Em relação às disciplinas de Educação Moral e Cívica (EMC) e Organização Social e Política do Brasil (OSPB), sua obrigatoriedade pode ser observada no artigo sétimo da Reforma de 1971:

Art. 7° Será obrigatória a inclusão de Educação Moral e Cívica, Educação Física, Educação Artística e Programa de Saúde nos currículos plenos dos estabelecimentos de 1° e 2° graus, observando quanto a primeira o disposto do Decreto-lei n° 869, de 12 de setembro de 1969. (BRASIL, 1971)

De acordo com Martins (2014), ambas as disciplinas de OSPB e EMC iniciaram como práticas educativas, sendo, posteriormente transformadas em disciplinas escolares. Enquanto disciplinas escolares, eram marcadas por um caráter prescritivo e não reflexivo, com o objetivo de promover o entendimento da ordem social da organização estatal. Nesta perspectiva, conforme já apontado nas partes iniciais do artigo, pode-se indicar aproximações entre o período da Ditadura Militar e as tendências conservadoras atuais pelo ataque ao campo das Humanidades de forma generalizada. Para Dalbosco (2019, p. 1), o neoconservadorismo na sua faceta atual tende a progressivamente apagar o ensino das Humanidades. Nesta linha argumentativa, pode-se inferir que pela possibilidade de reflexividade que as disciplinas que compõem o campo das Humanidades permitem, não é coincidência que em momentos que tendem a posturas conservadoras, elas tendem a se esmaecer e/ou até apagar.

A disciplina de OSPB passou a ser obrigatória para o ensino de segundo grau em 1969 e, em 1971, passou a funcionar no primeiro grau, substituindo filosofia e sociologia. De forma geral, tinha como objetivo tratar das relações entre Estado e Sociedade, apresentado os direitos e os deveres do cidadão, sendo utilizada para legitimar toda e qualquer estrutura organizacional do país. A disciplina era perpassada pelo civismo, destacando a necessidade de os estudantes compreenderem as regras e a obediência ao Estado. Dentre os problemas relacionados à implementação da disciplina, destaca-se que ela não correspondia a uma área de formação específica, sem ter professores específicos para ministrá-la. (MARTINS, 2014)

Conforme podemos observar no artigo sétimo, a disciplina de Educação Moral e Cívica já havia sido tornada obrigatória em 1969. Martins (2014) caracterizava-se tanto como prática escolar

quanto como disciplina de formação. Para a autora, a disciplina visava modificar o suposto ciclo subversivo da ordem social e da desmoralização das instituições tradicionais. Dessa forma, a EMC atentava para a homogeneização e apego aos valores, tornando conceitos cristãos universais para a formação destes valores. Assim como a OSPB, não possuía uma área de formação específica, sendo uma das disciplinas mais controversas e com reações contrárias.

As duas disciplinas são caracterizadas pela abordagem cívica. De acordo com a autora, esse ensino cívico nas escolas se deu a partir do aprofundamento de uma pedagogia centrada em três objetivos: formar, cultivar e disciplinar. Para tais objetivos serem atingidos, observava-se uma série de estratégias, como o fortalecimento de conselhos e comissões que davam legitimidade à ditadura – Conselho Federal de Educação e a Comissão Nacional de Moral e Civismo –, constituição de comissões de avaliação dos livros educativos e a vinculação de produções desses materiais didáticos com o currículo, tentativas de construir currículos em substituição aos programas de ensino, entre outras.

Além dessas duas disciplinas, observa-se também a criação de Estudos Sociais, que integrava os conteúdos de História e Geografia. Inicialmente, esta disciplina também não contava com uma formação específica. No entanto, ao longo do período ditatorial, criaram-se os cursos de Estudos Sociais e as chamadas Licenciaturas Curtas. Ao falar da composição da disciplina de Estudos Sociais, Martins (2014, p. 47) destaca que:

Formada a partir da seleção de conteúdos de uma História essencialmente política, com valorização de datas e fatos marcantes para esta historiografia, recheada de indicações de uma historiografia que consagrava vultos históricos; associada às concepções de uma Geografia física e política, com pinceladas de demografia, a disciplina de Estudos Sociais expressava, de maneira bastante eloquente, a premissa de que uma disciplina é criada ou modificada quando se modificam os objetivos para seu ensino.

A disciplina de Estudos Sociais resultou da seleção de conteúdos específicos da disciplina de História, especificamente da História Política, valorizando datas, fatos e personagens históricos e, da Geografia, especialmente física e política, com alguns elementos de demografia. Considerando as discussões até aqui apresentadas, observamos uma modificação profunda no ensino das Humanidades, que passaram a

ser direcionadas para atender valores cívicos e patrióticos, visando formar cidadãos que respeitassem as estruturas do Estado. De forma geral, as disciplinas eram pensadas de forma acrítica, sem espaços para críticas ou contestações de qualquer natureza, funcionando como mecanismos de legitimação do regime ditatorial. É evidente a apropriação das questões educativas pelos interesses do Estado.

Pensando as disputas curriculares mais recentes, pode-se identificar uma tendência de eliminação das humanidades e das artes dos currículos escolares, conforme nos aponta Nussbaum (2015). De acordo com a autora, uma das forças atuais que impõem esta eliminação está articulada ao apagamento de “elementos inúteis” dos currículos escolares para que as nações invistam em formações técnicas e que as tornem e/ou mantenham competitivas no mercado econômico global. (NUSSBAUM, 2015) Dessa forma, pontua-se que a reflexividade, possível a partir do ensino de determinadas disciplinas e da adoção de uma perspectiva crítica no seu desenvolvimento junto aos alunos torna-se nociva frente aos objetivos dos Estados tanto no período da Ditadura Militar, bem como no recente período de lutas no contexto educacional e curricular brasileiro.

O ensino dessas disciplinas contou com o apoio de livros e enciclopédias produzidos especificamente para elas. Que conteúdos eram ministrados nestas disciplinas? Como os conteúdos apareciam nestes materiais didáticos? Esses são alguns dos questionamentos que direcionam a sequência desta investigação.

Enciclopédia de pesquisa: conteúdos e temas da disciplina de EMC

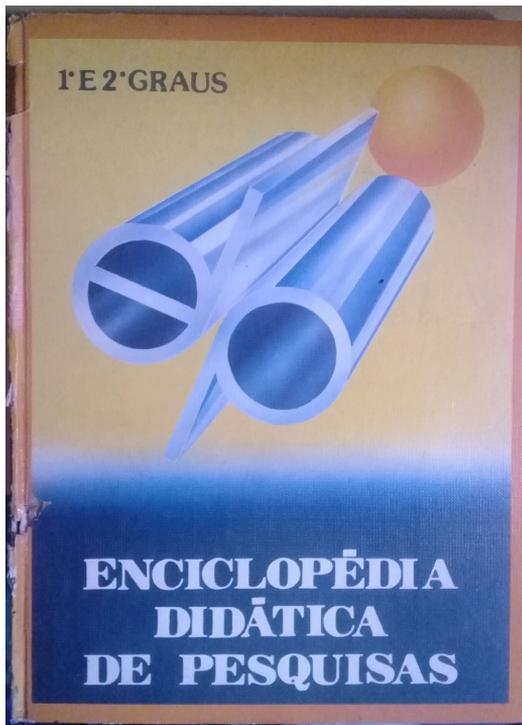
Até este momento procuramos contextualizar o período de ditadura militar no Brasil, atentando especificamente para as questões voltadas para o âmbito cultural e educativo. Em relação à educação, destacamos algumas questões apresentadas pela Reforma do Ensino de 1971, destacando as proposições em relação às disciplinas de OSPB e EMC. Mas quais os conteúdos e temas que perpassavam estas disciplinas? É possível identificar permanências destes discursos na atualidade

De acordo com as análises tecidas por Nussbaum (2015), além da perspectiva econômica, que centraliza as reformulações curriculares baseando na ideia da utilidade, esmaecendo as Humanidades e das Artes nos currículos escolares, também há no nacionalismo agressivo

uma perspectiva de anulação à formação crítica e reflexiva. Para a autora, “[...] o nacionalismo agressivo precisa anestesiar a consciência moral; portanto, precisa de pessoas que não reconhecem o indivíduo, que repetem o que o grupo diz, que se comportam e veem o mundo como burocratas dóceis”. (NUSSBAUM, 2015, p. 24) Em outras palavras, trata-se de compreender o fenômeno, como apontado inicialmente, na conjugação entre aspectos do neoliberalismo e do conservadorismo: na disputa curricular em torno do que deve ensinar a escola, ambos convergem na perspectiva de ensinar o que é útil, postulando à criticidade e à reflexividade características de doutrinação.

A Enciclopédia Didática de Pesquisa consiste em um conjunto de livros referentes às disciplinas escolares, publicados pela Editora Didática Paulista LTDA., de São Paulo. Embora nenhum dos exemplares apresente a data de produção, a análise de alguns elementos permite aferir que a coleção seja do início dos anos 1980.¹⁴ Ao todo, a Enciclopédia é composta por cinco volumes, com as capas iguais, conforme se observa na imagem a seguir:

Imagem 1 – Capa dos volumes da Enciclopédia Didática de Pesquisas¹⁵



Fonte: acervo dos autores (2020).

¹⁴ Um dos indícios que permitem esta afirmação encontra-se no volume de História do Brasil, o qual encerra seus conteúdos com informações referentes ao presidente da República José Sarney. O texto informa que este era o “atual presidente do Brasil”. Considerando que Sarney foi presidente entre 1985 e 1990, a Enciclopédia foi produzida dentro deste período.

¹⁵ A Enciclopédia tem capa dura, produzida em uma espécie de madeira.

Conforme se observa na Imagem 1, na parte superior da capa encontra-se “1º e 2º graus”, informando que a enciclopédia estaria voltada para os dois graus que compunham a educação básica. No centro visual da imagem observamos um logotipo que remete às letras “e”, “d” e “p”, referentes à *Enciclopédia Didática de Pesquisas*, escrito na parte inferior da capa. As letras formam uma imagem que se aproxima de um binóculo, apontado em direção ao Sol. De forma geral, os volumes da Enciclopédia e suas respectivas disciplinas e número de páginas podem ser observadas no quadro a seguir:

16 A divisão por volumes não consta nas Enciclopédias, sendo elaborada pelos autores como um recurso metodológico de análise.

Quadro 1 – Volumes da Enciclopédia de Pesquisas

Volume ¹⁶	Disciplinas/ Páginas
A	História Geral (7-41); Geografia Geral (45 – 103); Informática (1-87)
B	Biologia (7-62); Química (65-130);
C	Língua Portuguesa (7-113); Língua Inglesa (117-188);
D	Matemática (5-102); Física (102-149);
E	História do Brasil (5-66); Educação Moral e Cívica (67-89); Geografia do Brasil (91-138);

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Inicialmente, destaca-se que, embora a Enciclopédia tenha sido produzida no momento de vigência da disciplina de Estudos Sociais, os conteúdos de História e Geografia aparecem separados. Esse fenômeno pode ser pensado a partir do conceito de atuação, de Stephen Ball, Meg Maguirre e Anette Brauns (2016). De acordo com os autores, as políticas educativas não são simplesmente implementadas nas escolas ou nos materiais didáticos, mas sim atuadas. A atuação das políticas envolve processos criativos de interpretação e recontextualização. Sendo assim, embora a enciclopédia tenha sido produzida dentro de uma normativa que estabelecia a disciplina de Estudos Sociais, os editores reinterpretam e recriam a partir do texto normativo, apresentando as disciplinas de História e Geografia.

No caso destas disciplinas, a divisão se dá ainda entre História Geral e Geografia Geral e, História do Brasil e Geografia do Brasil. Neste estudo, atentamos apenas para a disciplina de Educação Moral e Cívica, que compõe o volume E, juntamente com estas duas

últimas. Analisando o Quadro 1, é possível aferir que a disciplina de História do Brasil contém 61 páginas, a de Geografia do Brasil 47 e, a de Educação Moral e Cívica 22. O sumário da disciplina de Educação Moral e Cívica é estruturado de acordo com o Quadro 2:

Quadro 2 – Sumário da Disciplina de Educação Moral e Cívica

Educação Moral e Cívica – Sumário
Índice
As Constituições Brasileiras (69)
De 1821 - de 1891 (69)
De 1934 – de 1937 – de 1946 (70)
De 1967 – Emenda Constitucional nº 1 (71)
Organização Política Brasileira (72)
Os Estados – O Distrito Federal – Municípios (73)
Governo e Administração (75)
O Poder Legislativo e Executivo (75)
O Poder Judiciário (76)
A Família (77)
Os Direitos e os Deveres dos Cidadãos (77)
Símbolos Nacionais (78)
O Hino Nacional (79)
O Hino da Bandeira (82)
Calendário Escolar (83-89)

Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Conforme podemos observar no Quadro 2, a disciplina de Educação Moral e Cívica é composta por um conjunto de conteúdos relacionados à organização política do país e aos símbolos nacionais. Em relação à organização política e administrativa do Brasil, identificamos uma história das constituições brasileiras. De forma geral, estas constituições são abordadas de forma linear, sem espaço para uma análise crítica sobre os textos normativos.

Ainda nesse conjunto de conteúdos, identificamos uma sistematização da organização administrativa do país, atentando para as funções dos estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Na sequência, a administração é aprofundada a partir da apresentação dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. É particularmente interessante que, no capítulo reservado ao governo e à administração, encontram-se ainda os tópicos “A Família” e “Os Direitos e os Deveres do Cidadão”. Essa relação entre a família e a sociedade, o

cidadão e os poderes do Estado, são reforçadas, inclusive, no texto de abertura do volume de Educação Moral e Cívica, no qual, em nome dos editores, afirma-se:

O comportamento moral do cidadão repercute sobremaneira na sociedade em que vive e, por conseguinte, em toda a estrutura social do País. Todas as pessoas se originam do povo, tanto os que comandam como os que são comandados. Portanto, é fácil compreendermos a importância da integridade nos que assumem a responsabilidade de dirigir o País, e também a dos que escolhem os seus dirigentes. (ENCICLOPÉDIA..., [198-])

Para finalizar, são abordados os assuntos referentes aos símbolos nacionais. Conforme podemos observar no Quadro 2, os assuntos que compunham este conteúdo são o Hino Nacional, o Hino da Bandeira e o Calendário Escolar. De forma geral, estes conteúdos são legitimadores do civismo característico do período. Nas palavras dos editores, “o civismo, que compreende especialmente o respeito e o amor à Pátria e aos valores que constituem, é uma das qualidades básicas de um povo que sabe respeitar sua terra [...]”. (ENCICLOPÉDIA..., [198-]) Assim, destacamos que a análise desses materiais, apesar dos distanciamentos em relação aos arranjos curriculares atuais, especialmente considerando-se a recente Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), evidenciam um esmaecimento nas questões relativas às Humanidades de forma geral. A reflexividade, em ambos momentos históricos, distintamente marcados por práticas conservadoras, é um alvo constante no amplo campo disciplinar nas Humanidades.

Alguns apontamentos

Iniciamos a tessitura deste texto destacando o desejo em analisar as relações entre conservadorismo e educação em diferentes contextos históricos brasileiros, entre os séculos XX e XXI. Em relação ao século XX, tomamos o período situado entre os anos 1964-1985, no qual o país viveu imerso em uma ditadura militar, autoritária e conservadora. O século XXI foi tomado a partir das eleições presidenciais de 2018, relacionadas à ascensão do neoliberalismo atrelado ao (neo)conservadorismo.

Para atender ao objetivo apresentado, recorreremos ao conceito de prática, mobilizado como ferramenta teórico-metodológica.

Partindo de estudos sobre atualidade, identificamos as relações entre o neoliberalismo e o neoconservadorismo e sua interferência na esfera educativa. De forma geral, é possível identificar o ataque às Humanidades e as tentativas de cercear as liberdades de expressão e pensamento reflexivo promovidas pelos professores, ataques materializados, por exemplo, em projetos como o Escola Sem Partido.

Recorrendo à análise histórica, elencamos partes do texto da Reforma do Ensino de 1971 (BRASIL, 1971) e da Enciclopédia Didática de Pesquisa da disciplina de Educação Moral e Cívica. (ENCICLOPÉDIA..., [198-]) A partir dessas fontes, encontramos pontos de conexão entre as diferentes práticas conservadoras em relação à educação no Brasil. Assim como no cenário atual, identificamos o ataque às Humanidades e as tentativas de cercear a possibilidade do pensamento crítico e reflexivo promovido na escola. Em relação ao primeiro caso, os ataques podem ser identificados a partir da exclusão das disciplinas de Filosofia e Sociologia. Para o segundo caso, identificamos as tentativas de implementação da Disciplina de Estudos Sociais, composta por elementos de História e Geografia poucos críticos em relação à realidade brasileira.

Para finalizar, identificamos ainda a promoção de práticas conservadoras a partir de conteúdos que visavam preparar alunos pouco críticos para a vida em sociedade, sendo a escola vista como um espaço de criação e promoção do civismo. Por outro lado, na atualidade podemos identificar reformas curriculares marcadamente utilitaristas, bem como disputas ideológicas, culturais e morais em torno dos currículos escolares. Assim, apontamos a existência de práticas atuais que, de alguma forma, possuem emergência em períodos históricos autoritários precedentes, apesar de suas diferenças.

Referências

BALL, S.; MAGUIRRE, M.; BRAUN, A. *Como as escolas fazem as políticas: atuação em escolas secundárias*. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br>. Acesso em: 7 mar. 2018.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, p. 6377, 12 ago. 1971. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm. Acesso em: 06 maio 2020.

BROWN, W. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Politeia, 2019.

CASTRO, E. *Vocabulário de Foucault: um percurso pelos seus temas, conceitos e autores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CORSETTI, B. Neoconservadorismo e políticas educacionais no Brasil. *Revista Educação Unisinos*, São Leopoldo, v. 23, n. 4, p. 774-784, out./dez. 2019. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/viewFile/edu.2019.234.11/60747441>. Acesso em: 13 jun. 2020.

DALBOSCO, C. A. *Ideia de educação pública e cultivo das capacidades humanas*. 2019. Palestra conferida em Encontro de estudos do NUPEFE, Universidade de Passo Fundo. Texto Digitado.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ENCICLOPÉDIA didática de pesquisas. São Paulo: Didática Paulista, [198-].

MARÍN-DÍAZ, D. L.; PARRA-LEÓN, G. A. La noción de práctica: posibilidades para pensar em educación. In: LOPES, M. C.; MORGENSTERN, J. M. (org.). *Inclusão e subjetivação: ferramentas teórico-metodológicas*. Curitiba: Appris, 2019. p. 41-58.

MARTINS, M. do C. Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. *Educar em Revista*, Curitiba, n. 51, p. 37-50, jan./mar. 2014.

NUSSBAUM, M. *Sem fins lucrativos: por que a democracia precisa das humanidades*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

REIS, D. A. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHWARCZ, L. M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, E. C. H. da; REIS, G. C. F. F. dos. Avanço conservador na educação brasileira: uma proposta de governo pautada em polêmicas. *Revista Cantareira*, Niterói, n. 33, p. 62-78, 2020.

VEIGA-NETO, A. *Foucault & educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

Submetido em: 29/11/2020
Aprovado em: 22/11/2021

